

Solar Irecê S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Solar Irecê S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solar Irecê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solar Irecê S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, sendo a previsão de conclusão da obra de construção de sua usina de energia solar fotovoltaica e o início da operação comercial no segundo semestre de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 21 de junho de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de junho de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

SOLAR IRECÊ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	49.507	48
Despesas antecipadas		316	-
Partes relacionadas	4	328	-
Total do ativo circulante		<u>50.151</u>	<u>48</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	159.278	905
Direito de uso	6	1.920	1.167
Total ativo não circulante		<u>161.198</u>	<u>2.072</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>211.349</u></u>	<u><u>2.120</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	15.171	58
Obrigações tributárias	8	1.375	-
Arrendamentos a pagar	9	6	-
Total do passivo circulante		<u>16.552</u>	<u>58</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	167.248	-
Arrendamentos a pagar	9	2.347	1.748
Total do passivo não circulante		<u>169.595</u>	<u>1.748</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	29.984	1.869
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	810
Prejuízos acumulados		(6.865)	(2.365)
Ajuste acumulado de conversão		2.083	-
Total do patrimônio líquido		<u>25.202</u>	<u>314</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>211.349</u></u>	<u><u>2.120</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA		-	-
CUSTO DA GERAÇÃO DE SERVIÇOS		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
Despesas/receitas			
Despesas gerais e administrativas	12	(690)	(949)
Total das despesas/receitas		<u>(690)</u>	<u>(949)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(690)	(949)
Despesas financeiras	13	(4.549)	(95)
Receitas financeiras	13	1.025	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	13	<u>(3.524)</u>	<u>(95)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(4.214)</u>	<u>(1.044)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(286)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u><u>(4.500)</u></u>	<u><u>(1.044)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.500)	(1.044)
<i>Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado</i>		
Outros resultados abrangentes		
Ajustes acumulados de conversão	<u>2.083</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.417)</u></u>	<u><u>(1.044)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	366	1.503	-	(1.321)	548
Capital social integralizado	1.503	(1.503)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	810	-	-	810
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.044)	(1.044)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>1.869</u>	<u>810</u>	<u>-</u>	<u>(2.365)</u>	<u>314</u>
Capital social integralizado	28.115	(810)	-	-	27.305
Ajuste acumulado de conversão	-	-	2.083	-	2.083
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.500)	(4.500)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>29.984</u>	<u>-</u>	<u>2.083</u>	<u>(6.865)</u>	<u>25.202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(4.500)	(1.044)
Ajustes por:		
Depreciação	7	5
Amortização de direito de uso	27	27
Resultado financeiro líquido	3.524	95
	<u>(942)</u>	<u>(917)</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Adiantamentos	-	150
Outros ativos	(291)	-
Partes relacionadas	(307)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(65)	6
Outros passivos	1.299	(13)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27)	-
Rendimento de aplicações financeiras recebidos	942	-
	<u>1.551</u>	<u>143</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>609</u>	<u>(774)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	(130.876)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(130.876)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de capital social	27.305	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	810
Pagamento principal de arrendamento	(11)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	159.621	-
Pagamento dos custos na emissão dos empréstimos	(7.176)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>179.739</u>	<u>810</u>
Efeito dos ajustes acumulados de conversão sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13)	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>49.459</u>	<u>36</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.507	48
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>49.459</u>	<u>36</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLAR IRECÊ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Solar Irecê S.A. (“Companhia, e ou Solar 0”), situada na Fazenda Uberlândia, S/N, Povoado Alegre, cidade de João Dourado, Estado da Bahia, foi constituída em 09 de novembro de 2015.

A Companhia em fase pré-operacional, tem por objetivo a geração de energia solar com capacidade de geração de 88,3MWp, cuja energia será comercializada no mercado livre de energia para suprir a demanda da Refinaria de Mataripe S.A., através do Contrato Bilateral de Autoprodução celebrado em 31 de outubro de 2023. A previsão de conclusão da obra e o início da operação comercial é no segundo semestre de 2025.

A Companhia é controlada pela Irecê H1 Participações S.A. que detém 100% das ações.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e em conformidade com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que elas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 12 de junho de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Até o final do exercício social de 2023, quando a Companhia ainda era um projeto inicial (“greenfield”) e não tinha iniciado a fase de construção do seu Parque Solar, o Real – R\$ foi utilizado como a moeda funcional da Companhia.

A partir do exercício social de 2024 a moeda funcional da Companhia passou a ser o US\$ - Dólar americano, refletindo a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia passou a operar.

Esses efeitos foram aplicados de forma prospectiva conforme item 35 do CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a partir da data da alteração (1 de janeiro de 2024).

O ambiente econômico principal no qual uma entidade opera é normalmente aquele em que principalmente ela gera e despense caixa. A moeda funcional da entidade reflete as transações, os eventos e as condições subjacentes que são relevantes para a entidade. Portanto, uma vez determinada a moeda funcional, ela somente pode ser reavaliada se houver mudança nas transações, nos eventos e nas condições subjacentes.

Com o início da fase de construção do Parque Solar a partir de 2024, foram levados em considerações os fatores primários e secundários como por exemplo: (i) moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços: +90% da receita da Companhia está indexada ao dólar americano por meio do Contrato Bilateral de Repasse de Autoprodução (“PPA”) que tem prazo de vigência de 21 anos; (ii) a moeda pelo qual foram originados recursos das atividades de financiamento: project finance BNDES é indexado ao dólar americano e; (iii) moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais são usualmente acumulados: 95% do VPL dos fluxos da Companhia estão associados ao dólar americano. A Administração julga que o dólar americano a partir de 2024 é a moeda funcional da Companhia, pois reflete a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia passou a operar.

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, como moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.5. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não são negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Presumido.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.8. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado.

2.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre

o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

2.12. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão representados por fornecedores e contas a pagar pela aquisição de terreno.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa nº 2.11.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa como taxa de juros 8,48% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 30 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

2.15. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

2.16. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2024 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a “covenants”, tais “covenants” afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o “*covenant*” existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e “*leaseback*” (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e “*leaseback*”, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

2.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	56	48
Aplicações financeiras	<u>49.451</u>	<u>-</u>
	<u>49.507</u>	<u>48</u>

As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% em 31 de dezembro de 2023).

4. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Solar Irecê 3 S.A.	328	-
	<u>328</u>	<u>-</u>

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os principais saldos ativos em 31 de dezembro de 2024 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente transação com a Solar Irecê 3 S.A. ("Solar 3"), referente ao partilhamento de seguro de risco de engenharia, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes o saldo foi quitado em janeiro de 2025.

5. IMOBILIZADO

O imobilizado se refere a construção de um Parque Solar, sendo a previsão de conclusão da obra e o início da operação comercial no segundo semestre de 2025.

A composição do ativo imobilizado em andamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, está demonstrada na tabela abaixo:

	Imobilizado líquido em 31/12/2024	Imobilizado líquido em 31/12/2023
Projetos em andamento	71.242	867
Adiantamentos contratos de importação	67.738	-
Adiantamento a fornecedores	19.351	-
Máquinas e equipamentos	43	38
Custos de empréstimos capitalizados (a)	<u>904</u>	<u>-</u>
Total imobilizado	<u>159.278</u>	<u>905</u>

A movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Imobilizado líquido em 31/12/2023	Depreciação	Adições	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2024
Projetos em andamento	867	-	65.463	4.912	71.242
Adiantamentos contratos de importação	-	-	62.318	5.420	67.738
Adiantamento a fornecedores	-	-	18.563	788	19.351
Máquinas e equipamentos	38	(7)	-	12	43
Custos de empréstimos capitalizados (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>821</u>	<u>83</u>	<u>904</u>
Total do imobilizado	<u>905</u>	<u>(7)</u>	<u>147.165</u>	<u>11.215</u>	<u>159.278</u>

- (a) Os custos de empréstimos capitalizados no montante de R\$ 904 referem se aos juros incorridos (R\$ 1.755) e os custos de transação amortizados (R\$ 91), menos a receita de rendimento de aplicações financeiras de R\$ 1.025 decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

Todos os equipamentos de módulos, inversores e *trackers* adquiridos com recurso do financiamento do BNDES para a construção do parque solar foram cedidos em garantia para o empréstimo assumido pela Companhia (vide nota explicativa nº 10). A Companhia não tem permissão para ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos nem para vendê-los para outra entidade.

6. DIREITO DE USO

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto da adoção do IFRS 16 – Arrendamentos (CPC 06 (R2)) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica. Trata-se de 1 contrato celebrado por um período de 30 anos iniciando em 2016. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na nota explicativa nº 9.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo inicial 31/12/2023	Remensuração	Amortização	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final 31/12/2024
Direito de uso sobre terreno	1.167	399	(27)	381	1.920
Total direito de uso	1.167	399	(27)	381	1.920

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apurou despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

7. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	15.171	58
	15.171	58

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
INSS retido a recolher	694	-
ISS retido a recolher	446	-
IRPJ a recolher	136	-
CSLL a recolher	74	-
IRRF retido a recolher	12	-
CSRF retido a recolher	13	-
	1.375	-

9. ARRENDAMENTOS

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamentos (CPC 06 (R2)), e advém principalmente das obrigações assumidas com 1 contrato de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 30 anos iniciando em 2016.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa nº 2.14, com taxa de juros 8,48% a.a.

	<u>Valor total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.748
Remensuração	399
Pagamentos	(11)
Amortização dos juros	151
Variação cambial	(426)
Ajuste acumulado de conversão	492
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.353</u>
Circulante	6
Não circulante	2.347

O cronograma de pagamento sobre o passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhado abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>A partir de 2029</u>	<u>Total</u>
Valores a pagar de arrendamentos	43	192	161	161	161	8.428	9.146
(-) Juros a apropriar							<u>(6.793)</u>
Passivo de arrendamento							<u>2.353</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (“BNDES”), em julho de 2024, no montante de R\$230.175, atualizados por taxa fixa de 2,28% a.a. + taxa 035 do BNDES na data da liberação dos recursos, representando um financiamento de 240 meses, com vencimento do contrato em janeiro de 2046. O recurso será utilizado para implantação do Parque Solar.

Os desembolsos do BNDES ocorreram em tranches nas datas de 24 de setembro de 2024, no montante de R\$58.283, a uma taxa de 6,28%, e em 26 de novembro de 2024, no montante de R\$101.252, a uma taxa de 6,85%, o restante será desembolsado até 31 de dezembro de 2025, conforme cronograma de investimento.

O contrato de financiamento possui cláusulas de garantias de proteção, para assegurar o pagamento de obrigações junto ao BNDES. Essas garantias envolvem os direitos creditórios, penhor de máquinas e equipamentos, e as ações de titularidade da Acionista.

O contrato de financiamento está sujeito a cláusulas restritivas financeiras e não financeiras que são usuais em operações dessa natureza. Os covenants possuem periodicidades distintas de mensuração e a Administração os analisa conforme os termos previstos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nas interpretações e nos julgamentos da Administração da Companhia a respeito das definições contidas no referido contrato, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas exigidas que podem requerer o seu vencimento antecipado.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição é apresentada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	-	-
Ingressos de dívidas	159.621	-
Juros incorridos	1.755	-
Custo de transação pago	(7.176)	-
Custo de transação amortizado	91	-
Ajuste acumulado de conversão	12.957	-
Saldo final	<u>167.248</u>	<u>-</u>

O cronograma de amortização de principal a longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhado abaixo:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>Após 2030</u>	<u>Total</u>
Empréstimos a longo prazo	9.531	7.882	7.882	7.882	7.882	118.562	159.621

O cronograma de amortização dos juros e do principal a longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhado abaixo:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>Após 2030</u>	<u>Total</u>
Amortização de empréstimos a longo prazo	20.726	23.029	22.837	23.240	23.673	389.960	503.465

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$ 40.000, dividido em 40.000.000 ações ordinárias nominativas, sendo que R\$ 29.984 já foram integralizados, restando R\$ 10.016 a integralizar (Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 1.869 o capital social subscrito e integralizado).

<u>Acionista</u>	<u>Número de ações ordinárias</u>	<u>% do capital da companhia</u>
Irecê H1 Participações S.A.	<u>40.000.000</u>	<u>100%</u>
	<u>40.000.000</u>	<u>100%</u>

Movimentação do capital social

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 7 de maio de 2024, o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$ 1.334 dividido em 1.334.324 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, integralizado nesta data, pela conversão em capital social da integralidade dos adiantamentos para futuros aumentos de capital - "AFAC", no valor de R\$ 810 em 2023 e R\$ 524 pelo aporte de capital.

Em 10 de maio de 2024, o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$ 36.797 dividido em 36.796.517 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, tendo sido integralizado R\$ 26.781 realizado durante 2024.

Remuneração dos administradores

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A constituição de “AFAC” em 2023 (R\$ 810) foi totalmente integralizado no capital social da companhia em 07 de maio de 2024.

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros	(393)	(674)
Impostos e taxas diversas	(97)	(40)
Indenização por perdas e danos (a)	(70)	(170)
Viagens e estadias	(54)	(30)
Amortização	(27)	(25)
Depreciação	(5)	(5)
Prêmios de seguro	(32)	-
Outras despesas administrativas	(12)	(5)
	<u>(690)</u>	<u>(949)</u>

- (a) Trata-se de indenizações pagos aos proprietários dos terrenos onde passará a linha de transmissão, que ligará o Parque Solar até a subestação.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras	1.025	-
Receitas aplicação financeira	1.025	-
Despesas financeiras	<u>(4.549)</u>	<u>(95)</u>
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(4.321)	-
Variação cambial sobre fornecedores	711	-
Variação cambial sobre outros ativos e passivos monetários	485	-
Juros sobre empréstimos não capitalizados	(977)	-
Custo de transação sobre empréstimo não capitalizados	(48)	-
Juros sobre arrendamento IFRS 16	(151)	(95)
IOF sobre operações financeiras	(119)	-
Multa e juros	(65)	-
Tarifas bancárias	(5)	-
Outras despesas financeiras	(59)	-
Resultado financeiro	<u>(3.524)</u>	<u>(95)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ corrente (25%)	(205)	-
CSLL corrente (9%)	(81)	-
	<u>(286)</u>	<u>-</u>

A alíquota média efetiva de tributos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 32,72%. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

15. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável, possui processos cíveis com perda possível de R\$743 em 31 de dezembro de 2024.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE CAPITAL E GESTÃO DOS RISCOS

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	<u>31/12/2024</u>		
	<u>Valor contábil</u>	<u>Classificação</u>	<u>Nível</u>
Ativos financeiros			
Equivalentes de caixa	49.507	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros			
Fornecedores	15.171	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	2.353	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	167.248	Custo amortizado	-

	<u>31/12/2023</u>		
	<u>Valor contábil</u>	<u>Classificação</u>	<u>Nível</u>
Ativos financeiros			
Equivalentes de caixa	48	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros			
Fornecedores	58	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	1.748	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Gestão de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de “Compliance” e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de “Compliance” da companhia. Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

i) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

ii) *Risco regulatório*

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia

iii) *Riscos de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do fluxo de caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

v) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

17. SEGUROS

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão abaixo apresentados:

Solar Irecê S.A.	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Transporte nacional de importações	552.435	51	01/10/2024 até 01/10/2025
Risco de engenharia	590.807	403	16/05/2024 até 01/07/2025
Risco de Obras Civas em Construção, Instalação e Montagem	20.000	117	28/03/2024 até 01/07/2025

18. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	31/12/2023	Movimentação de caixa	Movimentação não caixa					Depreciação	31/12/2024
			Custo de transação	Juros incorridos	Custo dos empréstimos capitalizados	Fornecedores a pagar	Ajuste acumulado de conversão		
Imobilizado	905	130.876	-	-	821	15.468	11.215	(7)	159.278
Empréstimos e financiamentos	-	159.621	-	1.755	-	-	13.643	-	175.019
(-) Custo de transação de empréstimo	-	(7.176)	91	-	-	-	(686)	-	(7.771)

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao longo de 2025, até a data de emissão desta demonstração financeira, a acionista integralizou aportes de capital na Companhia, no valor de R\$10.500.

Em 23 de abril de 2025, foi liberado pelo BNDES, o montante de R\$25.227, referente a terceira tranche do financiamento do BNDES.